

Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal



Relatório de Atividades e Contas
do Exercício e Parecer do
Conselho Fiscal do Ano de 2022



“Não se lamente por envelhecer, é um
privilégio negado a muitos.”

(Autor desconhecido)

Alcácer do Sal 24 de fevereiro de 2023

Irmãos,

Desde março de 2020 que temos vivido praticamente em estado de pandemia à escala global, pandemia essa que deixou consequências profundas.

O isolamento sentido pelos “nossos velhotes” teve um impacto enorme na sua saúde mental, bem como no seu estilo de vida, nomeadamente com a perda de competências cognitivas e motoras.

Por outro lado, e por força das circunstâncias, o afastamento da família, acentuou o estado depressivo dos “nossos velhotes”.

Com a vacinação e a imunidade de grupo que gradualmente vamos atingindo perspectiva-se o regresso à normalidade.

Neste momento as visitas dos familiares já não estão tão condicionadas, regressando gradualmente aos critérios de 2019. Serão necessários grandes esforços por parte de todos os intervenientes (cuidadoras, técnicos, família...) para que neste caso retomemos o nosso quotidiano pré pandemia.

Relatório de Atividades de 2022

Por determinação do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal, vem a Mesa Administrativa apresentar à consideração da Assembleia Geral o RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2022 E O PARECER DO CONSELHO FISCAL.

A Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal (SCMAS), desenvolve duas respostas sociais, Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), ambas possuem Acordos de Cooperação com a Segurança Social. A Santa Casa possui três residências, Rainha D. Isabel, José Godinho Jacob e Emília Matos.

Tabela nº 1 – Tipologia das Vagas

<i>Resposta Social</i>	<i>Capacidade</i>	<i>Vagas em Acordo</i>	<i>Vagas em Acordo Cativas</i>	<i>Vagas Sem Acordo</i>
<i>Rainha D. Isabel</i>	60	60	6	0
<i>José Godinho Jacob</i>	42	15	3	27
<i>Emília Matos</i>	21	21	2	0
<i>SAD</i>	40	40	0	0

No ano de 2022 o vírus SARS-COV 2 entrou por duas vezes na Instituição, não existindo mortes a lamentar.

O primeiro caso teve início a 17 de março na residência Rainha D. Isabel, durante este período testaram positivo 44 residentes e 19 colaboradores. Dando cumprimento ao Plano de Contingência reelaborado pela equipa técnica o local de isolamento destes residentes foi no antigo Edifício do Centro de Dia. No dia 13 de abril foi declarado o fim do isolamento com a alta de todos e consequente regresso à residência Rainha D. Isabel.

O segundo caso deu-se a 10 de maio na residência Emília Matos. Sendo o edifício de menores dimensões, existindo quartos individuais e os colaboradores estavam apenas afetos aquela residência, foi possível fazer o isolamento dos residentes no próprio edifício. Durante esta ocorrência testaram positivo 15 residentes e 17 colaboradores. No dia quatro de junho foi declarado o fim do isolamento.

Assim no total, no ano de 2022, a Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal registou 63 residentes e 51 colaboradores positivos.

Ao nível das admissões de novos residentes, registaram-se no ano de 2022 o total de 28 novos residentes, sendo 21 senhoras e sete senhores, como podemos observar na tabela nº 2.

Tabela nº 2 – Admissões em ERPI no ano de 2022

<i>ERPI</i>	<i>Senhoras</i>	<i>Senhores</i>	<i>Total de Admissões</i>
<i>Rainha D. Isabel</i>	10	7	17
<i>José Godinho Jacob</i>	6	0	6
<i>Emília Matos</i>	5	0	5
<i>Total</i>	21	7	28

Em contrapartida, registaram-se 27 falecimentos e duas saídas de residentes para o seu domicílio.

Existiu a necessidade de reestruturação da equipa de cuidadoras e limpeza. Com esse objetivo efetuou-se um estudo das necessidades em recursos humanos por hora, nomeadamente nos cuidados de higiene de manhã, refeições e deitar, com o objetivo de melhorar os cuidados prestados aos residentes otimizando estes recursos.

Cumprindo os objetivos definidos no Plano de Atividades para 2022, deu-se continuidade à elaboração dos Processos Individuais e respetivos Plano Individual de Cuidados, bem como a realização de reuniões mensais da equipa técnica, de forma a garantir os objetivos definidos para cada residente.

O bom funcionamento da Instituição e cuidados prestados passa não só pela comunicação com os colaboradores e residentes, mas também com os familiares. A família tem um papel fundamental na qualidade de vida do residente. Neste sentido, existiu uma maior partilha de informações entre a SCMAS e os familiares dos residentes para que os mesmos estejam cada vez mais envolvidos no dia-dia do residente.

Serviço de Apoio Domiciliário

O SAD presta os seguintes serviços:

- Cuidados de higiene e conforto pessoal;
- Higiene habitacional, estritamente necessária à natureza dos cuidados prestados;
- Fornecimento e apoio nas refeições, respeitando as dietas com prescrição médica;
- Tratamento da roupa do uso pessoal do utente;

- Apoio na medicação;
- Reparações no domicílio;
- Deslocação a entidades da comunidade e acompanhamento a consultas.

Em 2022, foram admitidos 17 utentes, sendo 12 senhoras e cinco senhores. Dos 17 utentes, três utentes solicitaram três serviços e 14 utentes solicitaram dois. Sendo a alimentação o serviço mais solicitado seguido dos cuidados de higiene e conforto pessoal.

Houve um total de 13 utentes que saíram da resposta social, sendo que sete integraram a ERPI da SCMAS, quatro saíram por motivos familiares, um integrou a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) e houve um falecimento.

Tabela nº 3 – Serviços Prestados

	Alimentação	Higiene Pessoal	Higiene Habitacional	Tratamento de Roupa	Apoio na Medicação	Acompanhamento a Consultas	Reparações no Domicílio
Senhoras	22	10	6	7	5	2	1
Senhores	8	4	2	5	0	0	0
Total	30* ¹	14* ²	8	12	5	2	1

*¹ dos 30 utentes, com pequeno almoço e almoço, 13 têm almoço e jantar.

*² dos 14 utentes com higiene pessoal, três utentes têm higiene duas vezes por dia.

Com a saída de dois elementos da equipa do SAD houve a necessidade de um reajuste no mapa de cuidados prestados atendendo sempre às necessidades dos utentes de modo a prestarmos uns cuidados mais individualizados privilegiando os seus hábitos e rotinas. Para esse fim, houve a necessidade de reuniões de equipa assim como um acompanhamento da mesma.

Com estas novas alterações, temos privilegiado mais tempo com cada utente, havendo uma maior interação com os utentes, famílias e equipa. Criou-se novas ferramentas de trabalho para a tomada de decisão, nomeadamente o Plano Individual de Cuidados, paralelamente reorganizaram-se os Processos Individuais. Os utentes e suas famílias sentem-se mais acompanhados e com uma resposta mais eficaz nas suas necessidades.

Gabinete Médico

O gabinete médico assegurou todas as intervenções de enfermagem, bem como o acesso a cuidados de saúde, tanto básicos como especializados.

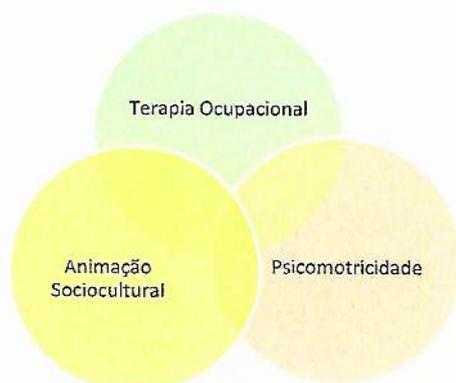
Celebrou-se um Protocolo com a Associação Alcacerense De Socorros Mútuos (AASM), com o objetivo de assegurar os serviços de saúde aos residentes da Instituição.

Esta Instituição não é obrigada a ter serviços médicos, mas com este Protocolo pretende-se criar condições para minimizar as deslocações ao Serviço Nacional de Saúde (SNS).

A organização do Gabinete Médico até novembro de 2022, consistia em 1 enfermeiro e 3 auxiliares. Após a saída da enfermeira a tempo inteiro houve a necessidade de contratação de enfermeiros, bem como um reforço da equipa de auxiliar do Gabinete Médico. Em dezembro de 2022 foram admitidas duas enfermeiras a tempo parcial, onde maioritariamente estão presentes no período da manhã, cerca de 3 dias por semana. As enfermeiras continuaram e criaram novas metodologias de trabalho no Gabinete Médico adaptadas a esta realidade.

Intervenção Terapêutica e Animação

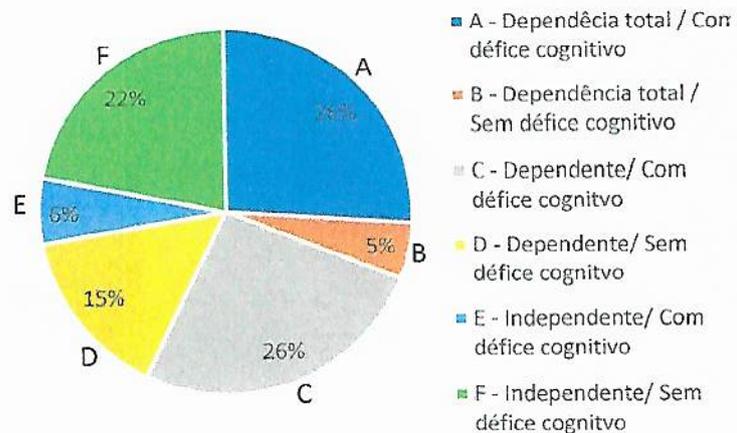
No âmbito da intervenção terapêutica e animação, a Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal tem uma equipa multidisciplinar, formada por uma **Animadora Sociocultural**, uma **Terapeuta Ocupacional** e um **Psicomotricista**. O foco da intervenção é promover um envelhecimento ativo através de dinâmicas e atividades que são realizadas diariamente com os residentes. Cada área trabalha as competências remanescentes de cada idoso dentro dos seus objetivos específicos. Contudo, há atividades que são realizadas em comum.



Animação - As atividades socioculturais e de lazer têm como finalidade proporcionar a interação, divertimento, alegria e dinamismo entre os residentes, colaboradores, familiares e comunidade, preservando a cultura popular e saberes tradicionais dos residentes. Para tal, são proporcionados momentos de partilha, convívio entre gerações, comemoração de efemérides, aniversários dos residentes, festas, passeios e sessões de cinema com o objetivo de relembrar hábitos, costumes, vivências e experiências oriundas do meio sociocultural de proveniência dos residentes.

Terapia Ocupacional - Segundo a organização mundial da saúde, a Terapia Ocupacional é a “ciência que estuda a atividade humana e a utiliza como recurso terapêutico para prevenir e tratar dificuldades físicas e/ou psicossociais que interfiram no desenvolvimento e na independência do indivíduo”. Com a população idosa, este profissional de saúde atua sobre as várias mudanças inerentes ao processo de envelhecimento do indivíduo. Atuando da prevenção à reabilitação, o terapeuta pretende desenvolver competências, restaurar funções perdidas, prevenir disfunções e/ou compensar funções, através do uso de técnicas e procedimentos específicos e/ou da utilização de ajudas técnicas ou tecnologias de apoio, promovendo autonomia, bem-estar e participação.

Gráfico 1. - Caracterização dos residentes da SCMASAL 2022



Psicomotricidade - A psicomotricidade é uma área da ciência que estuda e investiga as relações recíprocas entre o corpo e a mente. A intervenção nesta área define-se como uma terapia não farmacológica de mediação corporal e expressiva através do qual o terapeuta procura compensar as perturbações psicomotoras, cognitivas, emocionais e sociais, que estão geralmente ligadas ao processo de envelhecimento. Este tipo de intervenção na população mais idosa, através de técnicas de relaxação, expressivas (pintura), atividades psicomotoras, cognitivas e sociais, têm como objetivo a retrogênese psicomotora, manter e melhorar a capacidades cognitivas, retardar a evolução de determinadas doenças e melhorar a qualidade de vida.

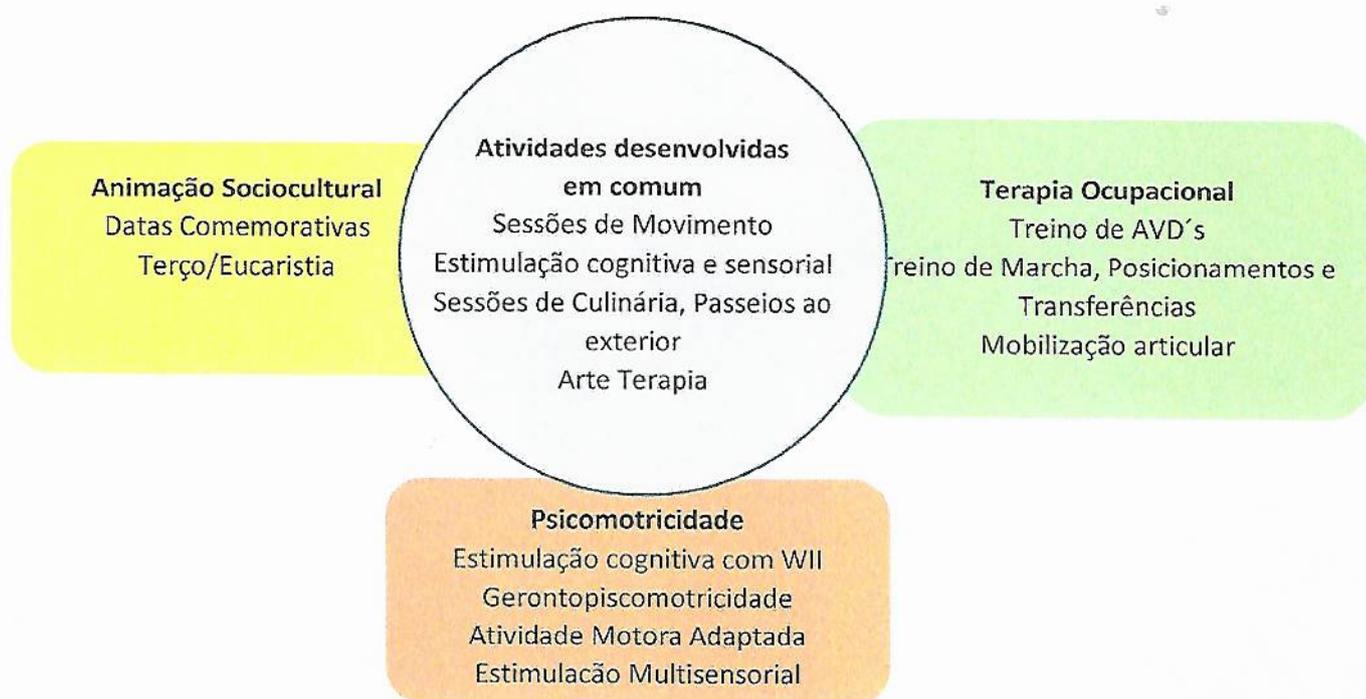
Com o objetivo de tornar a intervenção e as atividades mais específicas e orientadas para as necessidades de cada pessoa, caracterizou-se os residentes da SCMASAL com base nas suas funções cognitivas e grau de **Independência/dependência**. Para tal, foram aplicadas duas escalas: Índice de KATZ que avalia o grau de “dependência” ou “Independência” do idoso na realização das atividades da vida diária e o MINI MENTAL STATE EXAMINATION que permite avaliar a função cognitiva do residente determinando se este se encontra “com déficit cognitivo” ou “sem déficit cognitivo”.

Através do cruzamento e interpretação de dados destas duas variáveis, estado cognitivo e estado de dependência, agrupou-se os residentes em 6 grupos distintos (ver gráfico 1).

Conjuntamente com as variáveis acima avaliadas, é de extrema importância ter em conta as características individuais de cada residente (história de vida, valores, religião e ocupações), bem como a parte social, afetiva e emocional, no planeamento/dinamização das atividades.

Contrariamente ao que acontece no envelhecimento normal, na presença de uma **Demência**, verifica-se uma acelerada deterioração das capacidades funcionais do idoso. Clinicamente foram diagnosticados onze residentes com demência, que corresponde a 12% dos residentes da ERPI no ano de 2022. Contudo, este valor fica aquém daquilo que é a realidade uma vez que as famílias não procuram uma avaliação junto de um médico especialista (Neurologias ou Psiquiatra). O diagnóstico e acompanhamento por especialistas, conjuntamente com a intervenção realizada pela equipa técnica, é fundamental para o retardar da perda de competências físicas e cognitivas inerentes ao processo demencial.

Como anteriormente referido existem atividades específicas e comuns às 3 áreas, nomeadamente:



Na tabela seguinte estão representadas todas as atividades , dinamizadas individualmente e em grupo durante ano de 2022 pela equipa multidisciplinar tendo em conta a divisão dos residentes pelos grupos referidos anteriormente.

Atividades realizadas anualmente distribuídas pelos diferentes grupos de residentes		
Atividades	Nº total de atividades anual	Grupos participantes
Sessões de Movimento ***	220	B, C, D, E, F
Culinária	103	Todos os grupos
Musicoterapia	244	A, B, C, D*
Estimulação Sensorial	173	A, B, C*
Atividade Lúdica Terapêuticas (Pinturas, damas, dominó e tablet).	463	D, E, F
Bingo	65	D, E, F*
Passeios pela comunidade	30	E, F*
Ida à biblioteca****	6	E, F
Mobilização articular	31	A, B, C, D
Promoção da marcha e verticalidade	730	Todos os grupos
Estimulação cognitiva	140	Todos os grupos
Atividade de reminiscência	35	B, C, D, E, F
Atividades no exterior (Missa exterior, Feira, Touradas, Praia, idas ao cemitério)	14	C, D, E, F*
Arte terapia	183	B, C, D, E, F
Regresso às origens	6	Todos os grupos
Comemoração de aniversários	119	Todos os grupos
Terço	80	Todos os grupos
Datas comemorativas/festividades	11	Todos os grupos
Wii-Nitendo	80	D, E, F
Atividade Motora adaptada	62	B, C, D, E, F
Estimulação multissensorial	70	Todos os grupos
Gerontopsicomotricidade	151	Todos os grupos
Treino de AVD's (Banho alimentação, autocuidados, vestir/despir)	60	A, B, C
Mobilização articular ativa e passiva no leito	130	A, B
Treino de paralelas	60	A, B
Treino de transferências	46	A, B, C, D
Treino de Marcha	145	A, B, C, D
Treino de transferências na grua	18	A, B
Plano de Posicionamentos, Mudanças de decúbito e levante	54	A,B,C,D**

*Apesar de algumas atividades serem destinadas para um determinado grupo, existem algumas exceções quando a equipa técnica identifica que essa atividade é significativa para um ou mais residentes de outro grupo

**Qualquer residente quando existe um agravamento do seu estado de saúde.

*** Desde Outubro as sessões à 4ª feira são realizadas pelo técnico de educação física da Câmara

**** Parceria com a Biblioteca Municipal Projeto "A Biblioteca vais aos Lares"

No ano de 2022, devido às infeções por COVID-19 entre o mês de janeiro e fevereiro na Instituição, as atividades foram realizadas nos quartos e no centro dia (local para onde

foram as pessoas positivas) com o intuito de diminuir o impacto do isolamento social e manter as capacidades funcionais dos residentes. Dadas as limitações do espaço e dos recursos humanos, as atividades realizadas neste período foram principalmente, a atividade física, estimulação cognitiva, estimulação sensorial e as atividades lúdico-terapêuticas.

Mais tarde, com o levantamento de algumas medidas de restrição relativas à COVID-19, foi possível aumentar o número de atividades realizadas na comunidade, como passeios à praia, visitas às aldeias com o “regresso às origens” onde os idosos visitaram as suas casas, cemitérios, idas à missa, feiras e touradas anuais, caminhadas pela comunidade, e participação em convívios dinamizados pela Câmara Municipal de Alcácer do Sal e outras entidades do Município, onde o principal objetivo foi o encontro intergeracional com crianças e jovens, momentos muito valorizados pelos nossos residentes.

Os registos fotográficos de todas as dinâmicas desenvolvidas foram sendo partilhados com os familiares para que estes se sintam mais envolvidos no dia-a-dia do seu familiar.

No âmbito da estimulação sensorial, a equipa técnica realizou uma formação em parceria com a Câmara Municipal sobre a metodologia de Snoezelen, para que a Instituição consiga utilizar a sala de Snoezelen do município, inaugurada no ano de 2022. Posteriormente, o conhecimento adquirido pelos técnicos foi transmitido às cuidadoras em duas sessões de formação interna realizada na sala de Snoezelen.



Na sequência da implementação do **Plano Individual de Cuidados** surgiu a necessidade de envolver as nossas cuidadoras no processo. Foram efetuadas ações de sensibilização e formação com o objetivo de adquirirem competências e estratégias que lhes permitam trabalhar com os residentes em função dos objetivos definidos nesse plano.

Foi reforçado o acompanhamento na prestação dos cuidados com o objetivo de passar e relembrar estratégias às cuidadoras para que estas, junto de cada residente, conseguissem estimular e manter o grau de autonomia de cada um.

Foram retomadas as **passagens de turno** diárias, um momento privilegiado de partilha de informações acerca dos idosos e de esclarecimento de dúvidas em equipa, reforçando o acompanhamento e monitorização dos cuidados no dia-a-dia da Instituição.

Outras Atividades

Farmácia

Foi dada a continuidade ao trabalho que permitiu mais uma vez aumentar o seu resultado financeiro.

Prédios Rústicos

Mantiveram-se os trabalhos de melhoria dos povoamentos, através da limpeza de matos, desbastes e desramações na Herdade de Casas Novas e Arapouco.

Foi extraída cortiça nas Herdades da Torrinha e Carrasqueira, verificou-se uma diminuição significativa da quantidade extraída uma vez que secaram muitos sobreiros nos últimos anos.

Prédios Urbanos e Praça de Touros

Foi efetuada a manutenção mínima de forma a conservar e dar resposta aos inquilinos nos prédios urbanos.

No que diz respeito à praça de touros foram efetuadas manutenções pontuais inadiáveis, exigidas pelo IGAC.

Remodelação/ Adaptação da Residência José Godinho Jacob.

Inicialmente estava prevista a conclusão da obra para o dia 30 de abril de 2021. A necessidade de fazer alterações estruturais e melhorias ao projeto, a carência de mão de obra, o atraso na entrega de materiais e a pandemia de COVID-19, adiou a conclusão da obra sucessivamente - 30 de junho de 2021; 30 de setembro de 2021; 30 de novembro de 2021; 15 de janeiro de 2022; 2 de fevereiro de 2022 e 6 de abril de 2022.

Factos subsequentes

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram quaisquer factos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2022.

Perspetivas futuras

Com a conclusão da remodelação da residência José Godinho Jacob a Instituição deverá focar-se na reabilitação dos prédios urbanos, estando já a decorrer o licenciamento de um projeto para a requalificação da zona envolvente à igreja da Misericórdia.

As alterações climáticas, nomeadamente a falta de chuva, o aumento da temperatura média e o aumento das captações de água a grandes profundidades, estão a condicionar fortemente a produção de pinha e cortiça e consequentemente a sustentabilidade deste setor.

Atividade Económica

No decorrer do exercício as vendas e prestações de serviços (mensalidades) tiveram um crescimento de 3.8%, cerca de 107.827€ e os subsídios recebidos aumentaram 69.076€, o que representa um crescimento de 9,1%. A nível dos recursos humanos foram feitos ajustes no sentido de conter custos sem perda da qualidade dos serviços prestados, paralelamente foram implementadas práticas de utilização para uma melhor gestão do consumo de eletricidade. Estas variações foram as principais responsáveis para o resultado líquido passar de -42.411€ em 2021 para 104.774€ em 2022.

Atividade Financeira

O ativo manteve-se estável apresentando um valor de 15.726.106,36€. O passivo teve uma diminuição de 16%, cifrando-se nos 1.731.267,21€, em resultado da diminuição da dívida à banca que diminuiu 138.888€

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que os resultados líquidos no valor de **104.773,92 Euros** sejam transferidos para **Reservas Estatutárias**.

Alcácer do Sal, 21 de fevereiro de 2023

A MESA ADMINISTRATIVA

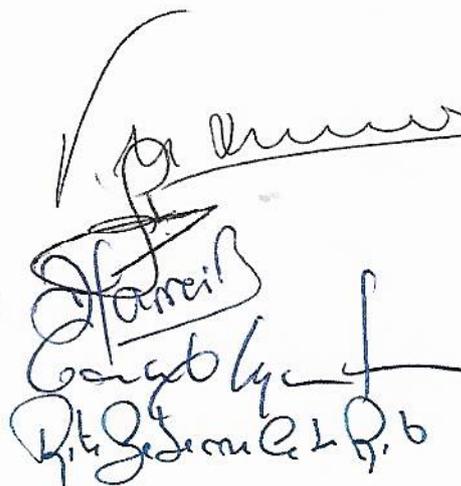
Fernando Molha dos Reis

João Domingos Mirra Lopes

Valdemar das Dores Parreira

Gonçalo Lynce de Faria

Rita Bebiana Cabral Rito



Handwritten signatures of the administrative board members, corresponding to the names listed to the left. The signatures are written in black ink and are somewhat stylized.

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL

BALANÇO INDIVIDUAL

dez-22

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em Euro	
		PERÍODOS	
		2022	2021
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	5	13.694.784,85	13.373.043,51
Ativos biológicos	7	505.913,40	505.913,40
Outros investimentos financeiros	19	34.746,89	25.787,14
		14.235.445,14	13.904.744,05
Ativo corrente:			
Inventários	8	222.465,50	224.183,22
Créditos a receber	9	97.579,58	99.269,19
Estado e outros entes públicos	10	21.887,47	155.451,57
Outros activos correntes	11	161.898,58	363.086,45
Diferimentos	12	7.340,40	7.227,94
Caixa e depósitos bancários	13	979.489,69	992.942,63
		1.490.661,22	1.842.161,00
Total do Ativo		15.726.106,36	15.746.905,05

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL

BALANÇO INDIVIDUAL

dez-22

Montantes expressos em Euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais:			
Fundos	20	6.034.992,02	6.034.992,02
Outras reservas	20	5.641.931,39	5.641.931,39
Resultados transitados	20	184.767,38	227.177,90
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	20	2.028.374,44	1.804.887,31
		13.890.065,23	13.708.988,62
Resultado líquido do período	20	104.773,92	(42.410,52)
Total dos fundos patrimoniais		13.994.839,15	13.666.578,10
Passivo:			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	16	694.444,56	833.333,44
		694.444,56	833.333,44
Passivo corrente			
Fornecedores	17	133.555,85	93.389,08
Estado e outros entes públicos	10	91.645,17	88.421,39
Financiamentos obtidos	16	138.888,88	138.888,88
Diferimentos	12	93.933,78	277.781,62
Outros passivos correntes	18	578.798,97	648.512,54
		1.036.822,65	1.246.993,51
Total do passivo		1.731.267,21	2.080.326,95
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		15.726.106,36	15.746.905,05

Página 2 de 2

A Mesa Administrativa:

O Contabilista Certificado:

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

dez-22

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTA S	EXERCÍCIOS	
		2022	2021
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	22	2.909.534,60	2.801.707,39
Subsídios, doações e legados à exploração	23	831.747,06	762.671,07
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(1.497.960,35)	(1.453.720,80)
Fornecimentos e serviços externos	24	(475.312,98)	(458.646,41)
Gastos com o pessoal	25	(1.755.113,78)	(1.759.418,57)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14	(14.090,13)	(40.098,45)
Outros rendimentos	26	410.079,25	391.533,65
Outros gastos	27	(88.081,38)	(63.328,40)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		320.802,29	180.699,48
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(211.341,96)	(223.042,26)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		109.460,33	(42.342,78)
Juros e rendimentos similares obtidos	28	269,68	590,23
Juros e gastos similares suportados	29	(4.956,09)	(657,97)
Resultado antes de impostos		104.773,92	(42.410,52)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		104.773,92	(42.410,52)

A Mesa Administrativa:

O Contabilista Certificado:

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Excelentíssimos Irmãos.

No cumprimento do disposto nas alíneas a) e c) do número um do artigo trigésimo primeiro do Compromisso da Irmandade, o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia, reunido hoje, apreciou o Relatório de Actividades, Balanço e Demonstração de Resultados relativo ao exercício de dois mil e vinte e dois, de forma a permitir apresentar à Assembleia Geral o seu parecer constante da seguinte proposta: -----

=PARECER=

Primeiro: Que sejam aprovados o Relatório de Actividades e as Contas apresentados pela Mesa Administrativa, relativos ao exercício de dois mil e vinte e dois. -----

Segundo: Que ao Resultado Líquido do exercício seja dada a aplicação que a Mesa Administrativa propõe. -----

Alcácer do Sal, 8 de março de 2023

O Conselho Fiscal

Francisco Ricardo de Almeida

Manuel Eduardo Carreira Etelvino

Carlos Miguel Vicente Sobral

Francisco Ricardo de Almeida
Manuel Eduardo Carreira Etelvino
Carlos Miguel Vicente Sobral

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL

Exercício de 2022

1 - IDENTIFICAÇÃO

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL é uma instituição particular de solidariedade social, sediada no Olival do Coronel, em Alcácer do Sal, tendo sido constituída em 1530, tendo como objeto principal a Economia Social, nos termos da respetiva Lei de Bases e natureza de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, as atividades de apoio social para pessoas idosas.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Instituição opera, logo a moeda funcional.

As demonstrações financeiras foram preparadas de forma a que as mesmas reflitam fidedignamente as operações da Instituição, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Referencial contabilístico

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) - Portaria n.º 220/2015;
- Código de Contas (CC) - Portaria n.º 218/2015;

- NCRF-ESNL - Aviso n.º 8259/2015;
- Normas Interpretativas (NI)

As políticas e as estimativas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados, não tendo sido derrogadas quaisquer disposições da norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2022 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2021.

3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

3.1.1 - Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados.

3.1.2 - Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o que compreende o seu preço de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida; e sempre que aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Após o reconhecimento inicial, os ativos fixos tangíveis continuam a ser registados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	5 e 6
Outros Ativos fixos tangíveis	4

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.1.3 - Ativos intangíveis

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são registados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas de acordo com o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

3.1.4 - Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda. Nas situações em que não é possível este tratamento, os mesmos são valorizados ao custo depreciado. Os ativos biológicos (consumíveis ou de produção) são mensurados pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda no momento da colheita. A quantia escriturada na data da colheita, constitui o valor a registar em inventários.

3.1.5 - Instrumentos financeiros

O tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros e respetivos requisitos de apresentação e divulgação é realizado de acordo com o ponto 17 da NCRF-ESNL.

3.1.6 - Outras contas a receber

As contas a receber são mensuradas ao custo menos perda de imparidade. As perdas por imparidade verificadas são reconhecidas nos resultados.

3.1.7 - Inventários

Os Inventários são valorizados ao seu custo histórico. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out).

Os inventários relativos aos ativos biológicos relacionados com a atividade agrícola e os produtos agrícolas na altura das colheitas são tratados pelo disposto na NCRF 17.

3.1.8 - Estado e outros entes públicos

De acordo com a alínea b), n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentas de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

A Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal, por despacho de 23/05/1989 do Ex.mo Senhor Subdiretor-Geral das Contribuições e Impostos, viu reconhecida a isenção de IRC para os rendimentos das Categorias C, E, F e G.

3.1.9 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem. Equivalentes de caixa consistem em investimentos a curto prazo (não superior a três meses), altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

3.1.10 - Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

A quantia reconhecida das provisões corresponde ao valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação, considerando os riscos e incertezas associados à obrigação.

Os montantes das provisões são revistos na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes de qualquer contrato oneroso em que a SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo, são registados como provisões.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos

Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.1.11 - Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. São estimados os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido.

3.1.12 - Vendas de bens

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Instituição e os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de diferimentos ou outras contas a pagar ou a receber.

3.1.13 - Prestação de serviços

O rédito associado com uma transação que envolva prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transação possa ser fiavelmente estimado.

O rédito proveniente das quotizações é considerado como prestação de serviços.

3.1.14 - Juros, royalties e dividendos

O rédito proveniente do uso de ativos que produzam juros, royalties e dividendos é reconhecido quando: seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Instituição;

3.1.15 - Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo são reconhecidos apenas quando existe segurança razoável de que serão recebidos e que a Entidade cumprirá as condições inerentes aos mesmos.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos não correntes são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios do Governo reembolsáveis relacionados com ativos não correntes são contabilizados como passivos.

Os subsídios do Governo relacionados com rendimentos, são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados pelo período necessário para os balancear com os gastos que se destinem a compensar.

Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.1.16 - Gastos com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os gastos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica como parte do custo desse ativo são também reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos.

3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Santa Casa.

3.4 Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras foram adotados certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções realizadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

4 - Fluxos de caixa

O caixa e seus equivalentes são assim decompostos:

Rubrica	2022	2021
Caixa	69.093,71	8.317,73
Depósitos à ordem	260.395,98	234.624,90
Outros depósitos bancários	650.000,00	750.000,00
Outros instrumentos financeiros		
TOTAL	979.489,69	992.942,63

5 - Ativos fixos tangíveis

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2022 o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e as respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Classe de ativos \ Valores apurados		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos Fixos tangíveis em curso	TOTAL
Início do período	Valor bruto escriturado	5.677.646,49	8.216.278,79	1.549.196,89	181.936,45	238.335,50	102.680,97	791.003,34	16.757.078,43
	Depreciação acumulada + perdas por imparidade		(2.915.651,54)	(1.400.490,74)	(114.424,99)	(227.750,92)	(102.511,59)		(4.760.829,78)
Período	Quantia líquida escriturada	5.677.646,49	5.300.627,25	148.706,15	67.511,46	10.584,58	169,38	791.003,34	11.996.248,65
	Aquisições							1.599.837,12	1.599.837,12
	Alienações								
	Depreciações do período		(149.219,31)	(46.731,00)	(22.800,06)	(4.164,82)	(127,07)		(223.042,26)
Fim do período	Outras alterações								
	Valor bruto escriturado	5.677.646,49	8.216.278,79	1.549.196,89	181.936,45	238.335,50	102.680,97	2.390.840,46	18.356.915,55
	Depreciação acumulada (incl. Perdas por imparidade acumuladas)		(3.064.870,85)	(1.447.221,74)	(137.225,05)	(231.915,74)	(102.638,66)		(4.983.872,04)
	Quantia líquida escriturada	5.677.646,49	5.151.407,94	101.975,15	44.711,40	6.419,76	42,31	2.390.840,46	13.373.043,51

Classe de ativos \ Valores apurados		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos Fixos tangíveis em curso	TOTAL
Início do período	Valor bruto escriturado	5.677.646,49	8.216.278,79	1.549.196,89	181.936,45	238.335,50	102.680,97	2.390.840,46	18.356.915,55
	Depreciação acumulada + perdas por imparidade		(3.064.870,85)	(1.447.221,74)	(137.225,05)	(231.915,74)	(102.638,66)		(4.983.872,04)
Período	Quantia líquida escriturada	5.677.646,49	5.151.407,94	101.975,15	44.711,40	6.419,76	42,31	2.390.840,46	13.373.043,51
	Aquisições			136.977,55				396.105,75	533.083,30
	Alienações								
	Depreciações do período		(149.219,31)	(46.251,90)	(12.891,42)	(2.979,33)			(211.341,96)
Fim do período	Outras alterações					42,31	(42,31)		0,00
	Valor bruto escriturado	5.677.646,49	8.216.278,79	1.686.174,44	181.936,45	238.335,50	102.680,97	2.786.946,21	18.889.998,85
	Depreciação acumulada (incl. Perdas por imparidade acumuladas)		(3.214.090,16)	(1.493.473,64)	(150.116,47)	(234.852,76)		(102.680,97)	(5.195.214,00)
	Quantia líquida escriturada	5.677.646,49	5.002.188,63	192.700,80	31.819,98	3.482,74	0,00	2.786.946,21	13.694.784,85

6 - Ativos intangíveis

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 o movimento ocorrido nos ativos intangíveis foi o seguinte:

Classe de activos \ Valores apurados		Programas de computador
Início do período	Valor bruto escriturado	8.906,56
	Amortização acumulada + perdas por imparidade	-8.906,56
	Quantia líquida escriturada	0,00
Período	Aquisições	
	Alienações	
	Amortizações do período	
	Perdas por imparidade	
	Revalorizações	
	Outras alterações	
Fim do período	Valor bruto escriturado	8.906,56
	Amortização acumulada (incl. Perdas por imparidade acumuladas)	-8.906,56
	Quantia líquida escriturada	0,00

7 - Ativos biológicos

Dada a uma das valências da SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL, a Agricultura, os ativos biológicos decompõem-se da seguinte forma:

Rubricas	2022	2021
<u>De Produção</u>		
- Plantações de pinhal manso	477.183,40	477.183,40
- Plantações de pinhal bravo	28.730,00	28.730,00
TOTAL	505.913,40	505.913,40

8 - Inventários

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, os inventários têm a seguinte composição:

As “Mercadorias” destinam-se a ser comercializadas na farmácia da Instituição.

As “Matérias-primas, subsidiárias e de consumo” destinam-se a ser consumidas nos Lares José Godinho Jacob, Emília Matos, Rainha Santa Isabel e Valência Apoio Domiciliário.

Os “Ativos biológicos”, conforme mencionado na nota 7 do presente Anexo, referem-se a plantações de pinhal manso e bravo.

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

O valor de inventários reconhecido como um gasto durante o período foi de 1.497.960,35 €.

Descrição	2022				2021			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	166.148,95	1.144.739,57	-1.773,26	156.256,81	169.126,19	1.067.715,69	-1.127,33	166.148,95
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	58.034,27	353.276,32		66.208,69	38.844,22	403.345,25		58.034,27
Subtotal	224.183,22	1.498.015,89	-1.773,26	222.465,50	207.970,41	1.471.060,94	-1.127,33	224.183,22
Total	224.183,22	1.498.015,89	-1.773,26	222.465,50	207.970,41	1.471.060,94	-1.127,33	224.183,22
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				1.497.960,35				1.453.720,80

9 - Clientes

Em 31 de Dezembro de 2022 e em 31 de Dezembro de 2021 a rubrica clientes decompõe-se da seguinte forma:

Clientes	31-12-2022			31-12-2021		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Clientes conta corrente	77.108,07		77.108,07	86.410,00		86.410,00
Utentes conta Corrente	20.471,51		20.471,51	12.859,19		12.859,19
Clientes e utentes cobrança duvidosa	110.892,26	(110.892,26)	0,00	98.836,51	(98.836,51)	0,00
TOTAL	208.471,84	(110.892,26)	97.579,58	198.105,70	(98.836,51)	99.269,19

A rubrica de “Clientes e utentes cobrança duvidosa” contempla as dívidas em mora de 6 até 12 meses, de 12 até 18 meses, de 18 até 24 meses e há mais de 24 meses.

10 - Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2022 e em 31 de Dezembro de 2021 a rubrica estado e outros entes públicos decompõe-se da seguinte forma:

Estado e outros entes públicos	31-12-2022	31-12-2021
Activo		
Imposto sobre o valor acrescentado	21.887,47	155.451,57
Passivo		
Retenção de imposto sobre o rendimento	9.462,25	7.225,95
Imposto sobre o valor acrescentado	44.942,51	46.873,60
Contribuições para a Segurança Social	37.240,41	34.321,84
TOTAL	91.645,17	88.421,39

A Instituição tem cumprido as suas obrigações fiscais com regularidade.

11 - Outras contas a receber - correntes

Em 31 de Dezembro de 2022 e em 31 de Dezembro de 2021 a rubrica outras contas a receber decompõe-se da seguinte forma:

	31-12-2022			31-12-2021		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Outras contas a receber correntes						
Devedores por acréscimos de rendimentos	68.987,01		68.987,01	72.627,32		72.627,32
Outros devedores	102.301,23	(9.389,66)	92.911,57	297.814,41	(7.355,28)	290.459,13
Pessoal						
Fornecedores c/c						
TOTAL	171.288,24	(9.389,66)	161.898,58	370.441,73	(7.355,28)	363.086,45

A rubrica “Devedores por acréscimos de rendimentos” corresponde essencialmente às participações a receber no exercício seguinte, de entidades da farmácia e outras receitas.

O saldo da rubrica “Outros devedores” contempla 74.034,76 € da Comissão Coordenadora de Desenvolvimento Regional do Alentejo e 18.876,81 €, referente a rendas dos Prédios rústicos e urbanos e outros devedores a receber no exercício seguinte.

12 - Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2022 e em 31 de Dezembro de 2021 a rubrica diferimentos decompõe-se da seguinte forma:

Diferimentos	31-12-2022	31-12-2021
Diferimentos - Ativo		
Gastos a reconhecer	7.340,40	7.227,94
TOTAL	7.340,40	7.227,94
Diferimentos - Passivo		
Rendimentos a reconhecer	93.933,78	277.781,62
TOTAL	93.933,78	277.781,62

Gastos a reconhecer dizem respeito, essencialmente, a seguros, trabalhos especializados e rendas e alugueres.

Rendimentos a reconhecer dizem respeito ao valor de 74.034,76 € a participar pelo Programa Operacional Regional do Alentejo 2020, e 19.899,02 € de rendas e quotizações.

13 - Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2022 e em 31 de Dezembro de 2021 a rubrica caixa e depósitos bancários decompõe-se da seguinte forma:

Caixa e depósitos bancários	31-12-2022	31-12-2021
Caixa	69.093,71	8.317,73
Depósitos à ordem	260.395,98	234.624,90
Outros depósitos bancários	650.000,00	750.000,00
TOTAL	979.489,69	992.942,63

14 - Imparidade de ativos

O resumo dos ativos em imparidade nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, decompõe-se da seguinte forma:

Imparidade em ativos financeiros ao custo menos perda por imparidade	31-12-2022				31-12-2021			
	Perdas por imparidade	Reconhecimento	Reversões	Total	Perdas por imparidade	Reconhecimento	Reversões	Total
Dívidas a receber de clientes e utentes	98.836,51	24.469,40	12.413,65	110.892,26	66.093,34	52.901,01	20.157,84	98.836,51
Outros devedores	7.355,28	2.034,38		9.389,66		7.355,28		7.355,28
Total	106.191,79	26.503,78	12.413,65	120.281,92	66.093,34	60.256,29	20.157,84	106.191,79

15 - Subsídios relacionados com ativos

Os subsídios ao investimento são:

Descrição	Valor do subsídio	Início	Taxa depreciação ativo	Subsídios por reconhecer 31-12-2022
Lar Rainha Sta Isabel	230.000,00	2010	2,00%	170.200,00
Subsídio IFAP-Proder	233.213,29	2014	10,00%	46.642,64
Subsídio IFAP-Proder	129.934,20	2015	10,00%	25.986,84
Lar José Godinho Jacob	1.643.789,43			1.643.789,43
	2.236.936,92			1.886.618,91

Estes são considerados rendimento do exercício em função das depreciações praticadas.

Os subsídios IFAP-PRODER dizem respeito a projectos florestais implementados na Herdade de Cachopos.

16 - Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2022 e em 31 de Dezembro de 2021 a rubrica financiamentos obtidos decompõe-se da seguinte forma:

Financiamentos obtidos	31-12-2022		31-12-2021	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários:				
Caixa Geral Depósitos	138.888,88	694.444,56	138.888,88	833.333,44
TOTAL	138.888,88	694.444,56	138.888,88	833.333,44

Os financiamentos correntes e não correntes dizem respeito ao empréstimo contratado junto da *Caixa Geral de Depósitos* em 2008, o qual vence em 2028.

Associado ao empréstimo bancário, existe uma garantia colateral real (hipoteca) sobre o próprio imóvel (Rainha Santa Isabel), no montante de 2.500.000€.

17 - Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2022 e em 31 de Dezembro de 2021 a rubrica de fornecedores decompõe-se da seguinte forma:

Fornecedores	31-12-2022	31-12-2021
Fornecedores c/c		
Gerais	133.555,85	93.389,08
TOTAL	133.555,85	93.389,08

18 - Outras contas a pagar - correntes

Em 31 de Dezembro de 2022 e em 31 de Dezembro de 2021 a rubrica outras contas a pagar decompõe-se da seguinte forma:

Outras contas a pagar correntes	31-12-2022	31-12-2021
Pessoal	72,48	24,87
Fornecedores de investimentos	84.758,86	175.178,81
Credores por acréscimos de gastos	212.756,88	219.814,75
Outros credores	281.210,75	253.494,11
Clientes / Utentes		
TOTAL	578.798,97	648.512,54

A rubrica “Credores por acréscimos de gastos” corresponde essencialmente à estimativa de férias e subsídio de férias e outros gastos a liquidar no exercício seguinte.

Outros credores referem-se a valores à guarda de utentes, crédito da Santa Casa-da Misericórdia de Grândola e Associação Alcacereense de Socorros Mútuos.

19 - Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2022	2021
Investimentos noutras empresas	4.571,04	4.319,44
Outros investimentos financeiros	30.175,85	21.467,70
TOTAL	34.746,89	25.787,14

A rubrica de “Outros investimentos financeiros” corresponde essencialmente a participações de capital, obrigações, as quais se encontram valorizadas pelo valor nominal, e Fundos de compensação.

20 - Fundos patrimoniais:

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	6.034.992,02	0	0	6.034.992,02
Excedentes técnicos		0	0	
Reservas	5.641.931,39	0	0	5.641.931,39
Resultados transitados	227.177,90	(42.410,52)	0	184.767,38
Excedentes de revalorização				
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.804.887,31	265.760,41	42.273,28	2.028.374,44
Resultado Líquido do Período	(42.410,52)	104.773,92	(42.410,52)	104.773,92
TOTAL	13.666.578,10	328.123,81	(137,24)	13.994.839,15

As variações na rubrica de “Outras variações nos fundos patrimoniais” verificaram-se com subsídios de 41.250,00 € do Fundo Rainha D. Leonor, 154.510,41 € do POR Alentejo 2020 e 70.000,00 € da Câmara Municipal de Alcácer do Sal e transferência para a conta de “Outros rendimentos e ganhos” da parte correspondente às depreciações efectuadas no exercício, respeitantes a subsídios ao investimento e doações recebidas.

21 - Provisões

No exercício de 2022, não existem provisões reconhecidas.

22 - Vendas e serviços prestados

As vendas e prestações de serviços são assim decompostas:

Rédito das vendas e dos serviços prestados	31-12-2022	31-12-2021
Vendas		
- Mercadorias	1.636.217,58	1.504.190,20
- Activos Biológicos	232.450,12	390.041,40
	1.868.667,70	1.894.231,60
Prestações de Serviços		
- Quotizações	1.011.578,82	890.375,72
- Serviços farmacêuticos	3.678,08	3.230,07
- Cedência de exploração	25.610,00	13.870,00
	1.040.866,90	907.475,79
TOTAL	2.909.534,60	2.801.707,39

As mercadorias são produtos farmacêuticos comercializados pela farmácia da Santa Casa.

Os ativos biológicos referem-se a produtos silvícolas extraídos das herdades da Instituição, tais como cortiça, pinha, pinheiros, sobreiros e azinheiras.

Relativamente às Quotizações estas dizem respeito às mensalidades dos utentes das valências Lar e Apoio ao domicílio.

Cedência de exploração:

- Exploração Cinegética 8.610,00
- Exploração de Praça de Touros 17.000,00

23 - Subsídios, doações e legados à exploração

A SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL beneficiou dos seguintes subsídios no decorrer dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e em 31 de Dezembro de 2021:

Subsídios, doações e legados à exploração	31-12-2022	31-12-2021
Do Estado e outros entes públicos		
- Centro Regional Segurança Social	794.145,19	679.621,66
- Centro Nacional de Pensões	550,00	1.650,00
- Câmara Municipal de Alcácer do Sal	0,00	15.000,00
	794.695,19	696.271,66
De outras entidades		
- IFAP	26.597,16	26.611,92
- IEFP	5.695,75	26.191,70
- Instituto Segurança Social	502,96	13.595,79
- IAPMEI	4.256,00	0,00
	37.051,87	66.399,41
TOTAL	831.747,06	762.671,07

Os subsídios recebidos e mencionados neste quadro, estão de acordo com os protocolos celebrados entre a Instituição e as respectivas entidades.

24 - Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos são assim decompostos:

Fornecimentos e serviços externos	31-12-2022	31-12-2021
Subcontratos	24.310,00	11.251,00
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	48.179,85	53.559,27
Publicidade e propaganda	736,34	1.261,98
Vigilância e segurança	1.131,19	705,84
Honorários	36.685,25	33.519,96
Comissões	437,94	453,44
Conservação e reparação	63.918,80	65.927,29
Serviços bancários	3.044,41	2.465,29
Outros		
Materiais		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	15.338,96	15.201,57
Livros e documentação técnica	5,00	
Material de escritório	7.734,52	5.104,58
Outros	24.153,48	13.078,73
Energia e fluidos		
Electricidade	26.185,90	46.141,24
Combustíveis	12.610,07	9.782,20
Água	32.906,40	20.253,41
Outros	53.570,42	40.930,81
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	5.123,25	6.175,48
Transportes de mercadorias	527,70	70,12
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	6.717,04	9.404,05
Comunicação	14.646,39	13.562,16
Seguros	8.934,32	10.737,58
Contencioso e notariado	682,28	482,91
Despesas de representação	63,10	860,10
Limpeza, higiene e conforto	25,01	916,78
Outros serviços	87.645,36	96.800,62
TOTAL	475.312,98	458.646,41

25 - Gastos com o pessoal

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e em 31 de Dezembro de 2021 foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica gastos com o pessoal:

Gastos com o pessoal	31-12-2022	31-12-2021
Remunerações do pessoal	1.420.816,66	1.413.257,24
Benefícios pós-emprego		
Para planos de contribuições definidas - outros	730,42	354,09
Indemnizações	5.633,70	20.508,83
Encargos sobre remunerações	291.622,55	286.846,57
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	14.650,63	14.874,65
Gastos de ação social	5.619,50	5.565,00
Outros gastos com pessoal	16.040,32	18.012,19
Dos quais:		
Gastos com formação	40,00	1.093,98
Gastos com fardamento	0,00	3.147,57
Outros gastos	15.982,61	13.770,64
TOTAL	1.755.113,78	1.759.418,57

O número médio de pessoas que colaboraram com a SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCACER DO SAL no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e em 31 de Dezembro de 2021 foram as seguintes:

2022 = 115 funcionários

2021 = 121 funcionários

26 - Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos são assim decompostos:

Outros rendimentos e ganhos	31-12-2022	31-12-2021
Rendimentos suplementares		
Aluguer de equipamento		
Outros rendimentos suplementares	54.545,05	43.756,63
Cedência de energia	737,44	1.455,21
Cedência de água e outros	324,98	655,26
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.037,15	1.329,84
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros		
Outros rendimentos e ganhos		
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		
Alienações		
Rendas e outros rendimentos de propriedades de investimento	285.422,81	285.557,19
Outros	68.011,82	58.779,52
TOTAL	410.079,25	391.533,65

Descrição da rubrica “Outros”:

- Correções relativas a períodos anteriores	4.306,66 €
- Imputação de subsídios ao investimento	42.273,28 €
- Ganhos em outros inst. financeiros	251,60 €
- Donativos	11.271,56 €
- Outros	9.908,72 €
	<u>68.011,82 €</u>

27 - Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas são assim decompostos:

Outros gastos e perdas	31-12-2022	31-12-2021
Impostos	3.671,36	3.671,36
Outros		
Correções relativas a períodos anteriores	0,00	0,00
Donativos	1.400,00	950,00
Quotizações	14.233,52	12.965,93
Perdas em instrumentos financeiros	0,00	850,00
Outros não especificados	68.776,50	44.891,11
Subtotal	88.081,38	59.657,04
TOTAL	88.081,38	63.328,40

A rubrica “Outros não especificados” refere-se essencialmente aos gastos em comum com a Associação de Socorros Mútuos e Santa Casa da Misericórdia de Grândola.

28 - Juros e rendimentos similares obtidos

Os juros e rendimentos similares obtidos são assim decompostos:

Juros e rendimentos similares obtidos	31-12-2022	31-12-2021
Juros obtidos		
Depósitos em instituições de crédito	89,88	302,97
Outras aplicações em meios financeiros líquidos	179,80	287,26
TOTAL	269,68	590,23

29 - Juros e gastos similares suportados

Os juros e gastos similares suportados são assim decompostos:

Juros e gastos similares suportados	31-12-2022	31-12-2021
Juros suportados		
Financiamentos bancários	3.950,28	637,10
Outros	1.005,81	20,87
TOTAL	4.956,09	657,97

30 - Acontecimentos após data de Balanço

Tendo em conta os impactos da pandemia no exercício de 2021, as perspetivas futuras de curto e médio-longo prazo refletidas para o ano de 2022 não foram alteradas, motivo pelo qual não consideramos esta matéria como um evento subsequente não ajustável do período. Nesta conformidade, o princípio da continuidade das operações mantém-se aplicável na elaboração das demonstrações financeiras.

Assim, à data de emissão deste relatório não são conhecidos eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

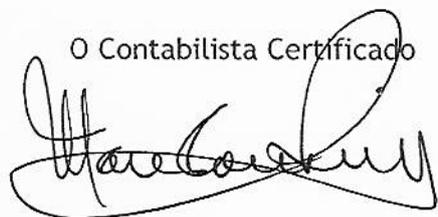
31 - Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Alcácer do Sal, 21 de Fevereiro de 2023

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCÁCER DO SAL (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 15.726.106 euros e um total de fundos patrimoniais de 13.994.839 euros, incluindo um resultado líquido de 104.774 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCÁCER DO SAL em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal

1 de 3



- através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
 - criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
 - adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
 - avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;



- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Lisboa, 8 de março de 2023

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por


Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266,
Registado na CMVM sob o n.º 20160877